

Governo eleva previsão de déficit primário ao limite da meta fiscal



RICARDO STUCKERT, PR. DIVULGAÇÃO

Presidente reiterou que tem responsabilidade fiscal com os recursos dos contribuintes

Contas públicas

Projeção sobe para R\$ 28,8 bilhões em meio a estimativa de alta de despesas com aposentadoria e assistência social. Foi confirmada a **suspensão de gastos de R\$ 15 bilhões**, anunciada na semana passada. A distribuição dos cortes nos ministérios deverá ser detalhada no dia 30

Com despesas crescentes e dificuldades para compensar a desoneração da folha de pagamento, o governo federal aumentou para R\$ 28,8 bilhões a projeção de déficit primário em 2024. O novo valor consta do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Entre os gastos maiores estão a revisão das estimativas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) – pago a idosos carentes – e benefícios da Previdência. Ambos passam a custar R\$ 11

bilhões a mais em 2024.

O montante de R\$ 28,8 bilhões equivale ao limite inferior da margem de tolerância de déficit primário estabelecida pelo novo arcabouço fiscal. Aprovada no ano passado, a regra estabelece meta de resultado primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas) para cima ou para baixo. Na prática, o governo poderá obter déficit primário de 0,25% do PIB até superávit de 0,25% do PIB neste ano.

Originalmente, o relatório estimava déficit primário de R\$ 32,6 bilhões, mas, para fazer o valor ficar dentro da banda, o governo contingenciou (congelou temporariamente) R\$ 3,8 bilhões do orçamento. A quantia está dentro da suspensão de gastos de R\$ 15 bilhões anunciada na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O restante do valor suspenso corresponde ao bloqueio de R\$ 11,2 bilhões para não estourar o limite de gastos definido pelo arcabouço fiscal, que estabelece que os gastos podem crescer, em valores acima da inflação, até 70% do crescimento acima da inflação da receita no ano anterior.

A distribuição dos cortes pelos ministérios só será divulgada no próximo dia 30, quando for publicado um decreto presidencial com os limites de gastos por pasta. Pela legislação, o detalhamento do congelamento deverá ser publicado até oito dias após o envio do relatório ao Congresso.

Compensação e "empocamento"

O déficit primário representa o resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública. O relatório anterior, divulgado em maio, previa déficit de R\$ 14,5 bilhões. Em março, estava previsto em R\$ 9,3 bilhões. Na semana passada, Haddad disse que o déficit primário pode cair no próximo relatório, caso a União arrecade mais.

O governo conta com dois fatores para diminuir o déficit. O primeiro é a aprovação pelo Senado de medidas que compensem a prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para os pequenos municípios ou a suspensão da liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que mantém o benefício fiscal. O segundo fator é o "empocamento", gastos que o governo não consegue executar por estarem vinculados a uma finalidade ou a uma fonte de receita. —

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Notícias **Página:** 6